

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

### PROVIMENTO Nº 04/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, usando de suas atribuições legais e dando atendimento ao que consta do Processo Administrativo nº 8500001-48.2017.8.06.0195, oriundo da Comarca **Vinculada de Guaramiranga**,

#### RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** João Roberto Paula Pinto, como **TITULAR**, Isabel Cristina Domingos dos Santos e Maria do Socorro Freitas e Silva como **SUPLENTE**S, para presidirem as cerimônias de casamento civil cujos processos de habilitação tenham expediente no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Pernambuco da Comarca Vinculada de Guaramiranga, até a instalação da Justiça de Paz no Estado do Ceará.

Art. 2º - Aplicam-se às designações constantes deste Provimento as demais disposições do Provimento 01/98, de 8 de abril de 1998, publicado no Diário da Justiça de 15 de abril de 1998.

Art. 3º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 3 de fevereiro de 2017.

Desembargador Francisco Gladysen Pontes

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ**

### PROVIMENTO Nº 05 /2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, usando de suas atribuições legais, dando atendimento ao que consta do Processo Administrativo nº 85001110-56.2016.8.06.0026, oriundo da Comarca de Acarape,

#### RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR**, Antônia Djanira Lopes Rocha, como **SUPLENTE**, para presidir as cerimônias de casamento civil cujos processos de habilitação tenham expediente no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do Cartório da Comarca de Acarape, até a instalação da Justiça de Paz no Estado do Ceará, em substituição a **Bárbara da Silva Bessa**, designada mediante Provimento nº 11/2013, publicado no DJ de 12 de junho de 2013.

Art. 2º - Aplicam-se às designações constantes deste Provimento as demais disposições do Provimento 01/98, de 8 de abril de 1998, publicado no Diário da Justiça de 15 de abril de 1998.

Art. 3º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 6 de fevereiro de 2017.

Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### PROVIMENTO Nº 06/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e dando atendimento ao que consta do Processo Administrativo nº 8521410-20.2016.8.06.0000, oriundo da Comarca de Tianguá,

#### RESOLVE:

Art.1º- **DESIGNAR** NOÉ PEREIRA ALBUQUERQUE, como **TITULAR** e PAULO MIRTEVALDO TOMAZ DE OLIVEIRA como **SUPLENTE**, para presidirem as cerimônias de casamento civil cujos processos de habilitação tenham expediente junto ao Cartório do 1º Ofício de Registro Civil da Comarca de Tianguá, até a instalação da Justiça de Paz no Estado do Ceará, em substituição a Antônia Nilene Portela de Sousa e Antônio Ailton Cardoso, respectivamente, indicados mediante Provimento nº 18/2014, publicado no DJ de 15/07/2014.

Art. 2º - Aplicam-se as designações constantes deste Provimento às demais disposições do Provimento 01/98, de 8 de abril de 1998, publicado no Diário da Justiça de 15 de abril de 1998.

Art. 3º- Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 6 de fevereiro de 2017.

Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### PORTARIA Nº 182/2017

Dispõe sobre mudança de lotação de servidor efetivo.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso I, da Lei Estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994 c/c inciso III, art. 6º da Lei Estadual nº 15.833, de 27 de julho de 2015 (DO/CE 30/06/2015),